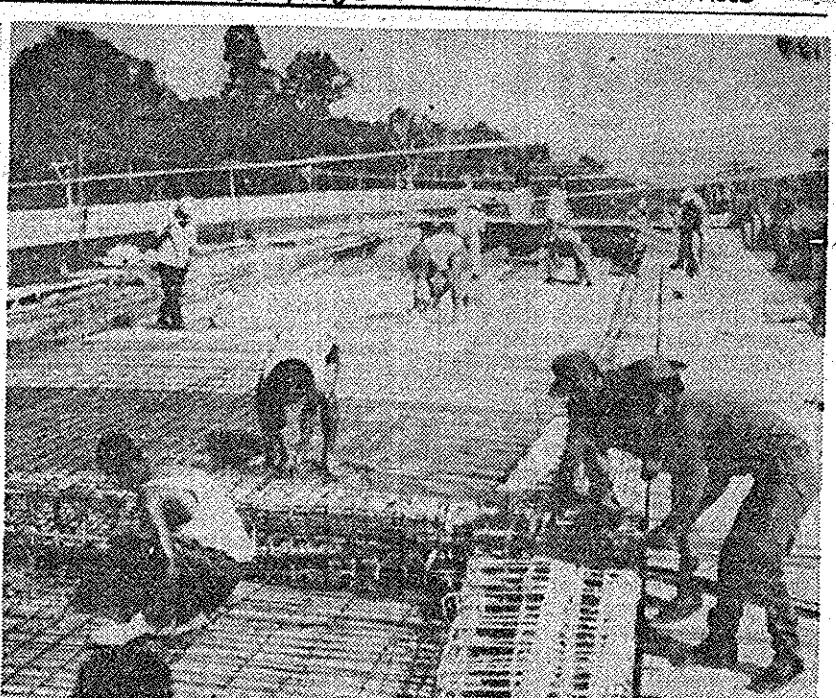
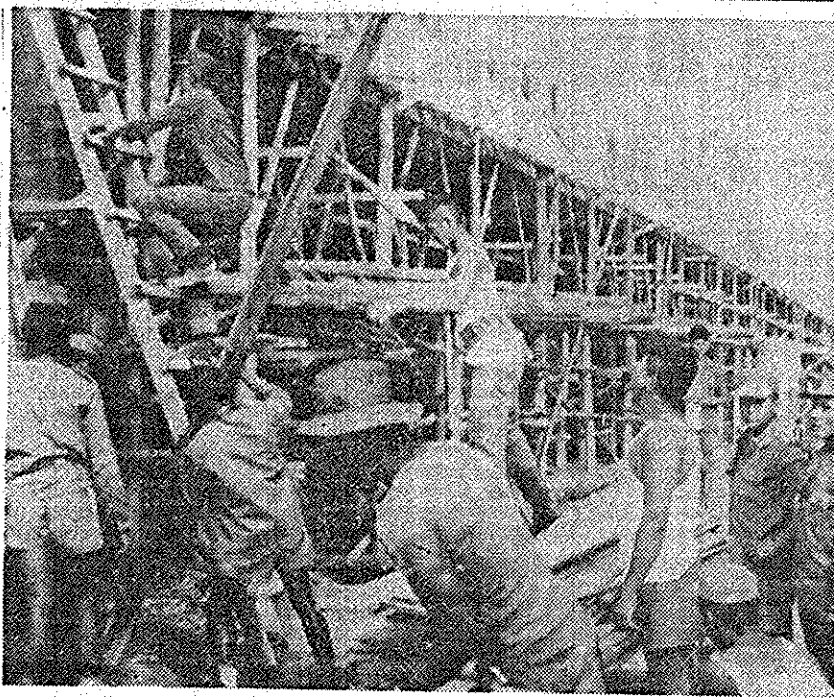


# Povos Indígenas no Brasil

Fonte O Estado de São Paulo Class.: Am. Militar  
Data 02.11.80 Pg.: 7 04



Batalhões de engenharia do Exército constroem estradas em meio à floresta mediante convênios

## Exército integra a Amazônia

**FEICHAS MARTINS**  
Enviado especial

A questão fundiária, o problema do índio, a exacerbação ecológica e a presença estrangeira são os principais obstáculos existentes para a ação do governo federal na região amazônica, onde o Exército, representado pelo Comando Militar da Amazônia e a 12ª Região Militar, com sede em Manaus, considera-se "bem articulado" para cumprir suas missões de segurança interna, segurança externa e complementar — de participar do desenvolvimento regional, através da cooperação nos campos de educação, saúde, colonização e vias de transportes.

A área de responsabilidade do CMA abrange integralmente os estados do Amazonas, Pará e Acre e os territórios federais do Amapá, Roraima e Rondônia, e ainda parte do Estado de Goiás, totalizando 3.581.180 quilômetros quadrados — 42,01% da superfície do território nacional — com 11.000 quilômetros de fronteiras. Além do CMA, com 19 unidades, lá estão instaladas a 8ª Região Militar, com sede em Belém e 19 unidades militares; a 23ª Brigada de Infantaria de Selva, com sede em Marabá e cinco unidades, o 3º Grupamento de Fronteira, com sede em Porto Velho e compreendendo 10 unidades; o Comando de Fronteira do Solimões (CFSOL), constituído por 12 unidades; o Comando de Fronteira de Roraima, com sede em Boa Vista e seis unidades, e o 2º Grupamento de Engenharia de Construção, com sede em Manaus, composto de seis unidades.

### SEGURANÇA

Visando atender à segurança externa, há uma rede de unidades em condições de dar o alerta no caso de ocorrência de problemas fronteiri-

ços. Apesar do bom relacionamento entre o Brasil e os seus vizinhos, são motivo de preocupação para as autoridades militares da área de Roraima e para o próprio governo territorial as divergências entre a Venezuela e a Guiana a respeito da posse da região do rio Essequibo, que a arbitragem britânica, mediante convênio firmado entre os dois países, entregou ao controle da Venezuela. O convênio expira em 1982 e teme-se que sejam reacesas as disputas pela "zona de reclamación", como é denominada.

Sob o aspecto operacional, o único trecho viável para um ataque de um país contra o outro, é o território brasileiro, cujo uso o Brasil não permitiria.

Como alternativa amortecedora ou preventiva contra a transformação daquele problema internacional numa arma contra o Brasil, surge o desenvolvimento econômico, possibilitado pelos investimentos e empreendimentos unilaterais, bilaterais e até multilaterais (estes no contexto do Tratado de Cooperação Amazônica), bem como pela criação de um sistema de transporte eficaz.

Assim é que, durante recente visita de uma delegação de deputados federais à Amazônia, liderados pelo presidente da Comissão de Segurança Nacional da Câmara dos Deputados e convidados pelo Ministério do Exército, o governador de Roraima, brigadeiro Ottomar Pinto, disse que as condições para aumento do intercâmbio comercial e de cooperação com a Venezuela e a Guiana são excelentes e que podem ser aproveitadas se forem instalados um consulado na Guiana e uma alfândega na Venezuela. Isso facilitaria as operações comerciais, já que há possibilidade para os produtos brasileiros alcançarem o Pacífico, principalmente com a conclusão da rodovia

BR-174 (Manaus-Caracará), trecho Boa Vista-Caracará, numa extensão de 213 quilômetros, obra de pavimentação a cargo do 6º Batalhão de Engenharia de Construção do Exército, que também trabalha na pavimentação da rodovia BR-401, trecho Boa Vista-Bonfim-Normadia, que conduz à fronteira com a Guiana. A ponte que Brasil e Guiana constroem sobre o rio Tacutu permitirá a ligação de Bonfim a Lethen (Guiana) e, consequentemente a Kurupukari e Georgetown, saída para o Pacífico.

A Venezuela acena com a possibilidade de comprar do Brasil 100 mil toneladas de milho e 100 mil cabeças de gado bovino por ano, de imediato, via Roraima, além de outros produtos primários como arroz e sorgo. Com a Guiana também ocorre grande demanda de produtos primários, mas a falta de um sistema adequado de transporte é fator do baixo intercâmbio agrícola. Se for ampliada a malha rodoviária e estimulada a empresa privada na região, ter-se-á, no lugar do vazio político-econômico potencialmente explosivo naquela região, um promissor corredor de exportação. Outras riquezas minerais poderão ser exploradas racionalmente. Em Roraima, começa a surgir um garimpo (o de Santa Rosa) que, segundo informações dadas por garimpeiros, pode transformar-se numa nova "Serra Pelada". Na serra de Surucucu, de acordo com denúncias feitas por vereadores de Boa Vista ao grupo de deputados federais, há uma missão religiosa controlada por padres norte-americanos que exploram minérios da região, com auxílio de índios da tribo Yanomani, que atacam pessoas estranhas que tentam entrar naquela área.

Tráfico de armas e entorpecentes e infiltrações de guerrilheiros são outros problemas que podem ser

computados ao campo da segurança externa, com implicações internas. Na fronteira com a Colômbia, Peru, Venezuela e Guiana, eles são conhecidos ou detectados. A cidade de Letícia, na Colômbia, é a porta de entrada dos entorpecentes no Brasil, que depois seguem a rota internacional do tráfico. O problema é de competência do Departamento de Polícia Federal, mas este não consegue coibir e reprimir a operação, apesar de estas ações estarem previstas em acordos internacionais bilaterais e multilaterais (Pacto Amazônico) firmados pelo Brasil. A Bolívia e o Peru também pertencem a esta rota dos entorpecentes. Quanto ao tráfico de armas e às infiltrações de guerrilheiros, eles são detectados na fronteira com o Peru e a Colômbia. Há guerrilheiros dos dois países que se refugiam do lado brasileiro, eventual e clandestinamente. Em relação ao Peru e Guiana, também é motivo de preocupação para o Brasil a crescente presença de "assessores" cubanos e soviéticos, naqueles países.

Para atender às necessidades de segurança interna estão no interior da Amazônia as unidades maiores do CMA, em condições de acorrerem aos locais onde surjam problemas, apoiados pela Marinha e Aeronáutica. Na foz do rio Amazonas, está o dispositivo que, tradicionalmente, barra a via de penetração aquática para toda a área.

A cobertura vegetal amazônica impõe o estudo de formas de combate especializadas, razão de ser do Centro de Instrução de Guerra na Selva — CIGS — com sede em Manaus e que distribui soldados especializados para as principais unidades voltadas primordialmente para o aspecto da segurança, algumas atuando como "sentinelas avançadas" nas fronteiras.



Cigs treina soldados para a luta nas selvas e recebe alunos até de países da Europa e América do Norte

## Cigs ajuda na pesquisa sobre a floresta

O Cigs tem o melhor curso de guerra na selva do mundo e recebe alunos da Amazônia e estrangeiros, inclusive de países altamente desenvolvidos. Atua, paralelamente, no campo das pesquisas, com métodos específicos, cooperando, em alguns projetos, com o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Assim é que o Cigs, num esforço próprio, aprimora o material de campanha empregado na selva, as técnicas de sobrevivência e de defesa e ataque e o desempenho do próprio soldado para o meio em que deve atuar. Alguns resultados "pírricos" obtidos pelo Cigs em suas pesquisas variam desde a descoberta de uma nova armadilha até a construção de um biodigestor, a descoberta de um repelente ingerido via oral para afastar os insetos hematofagos, o cruzamento entre animais que não se cruzam na selva, a criação de rãs "touro", o treinamento de cães de raça fila brasileiro para a selva e a utilização da anta como animal de tração.

Em Tabatinga, colônia militar localizada em frente de cidade de Letícia, o Comando de Fronteira do Solimões — CFSOL — faz experiência inédita de integração do soldado e do cidadão na vigilância da fronteira, já que a população inteira gira em torno do quartel.

"Caído do céu", Cucuí, na fronteira comum do Brasil, Venezuela e Peru é o ponto onde está localizado o 4º Pelotão de Fronteiras, cujo objetivo é incentivar o povoamento da região do Alto Rio Negro e manter o caráter nacional de uma população atualmente calculada em cerca de 800 habitantes, 25% da qual é fluante.

O jovem tenente e comandante do pelotão, Paulo Cesar Leal dos Santos, fez as seguintes reivindicações aos parlamentares que lá estiveram: criação de uma linha aérea regular para suprimento de gêneros de primeira necessidade; criação de um posto bancário para estimular as atividades produtivas, e conclusão da rodovia que liga São Gabriel a Cucuí.

O comando de Fronteira de Roraima e o 2º Batalhão Especial de Fronteira têm sob sua responsabilidade todo o território, estendendo seu trabalho ao longo de 1.910 quilômetros de fronteira.

O 3º Grupamento de Fronteira, com sede em Porto Velho, resguarda das ameaças externas e internas cerca de 3600 quilômetros de fronteira, abrangendo Rondônia, Acre e Sudoeste do Amazonas, além de manter a ordem pública e atuar em projetos de desenvolvimento. Sua principal dificuldade é o suprimento de combustível e alimentos, que é feito por via aérea e diretamente dependente de Manaus. A solução para este problema está na pavimentação da Rodovia BR-364, que liga Porto Velho a Cuiabá, numa extensão de 1500 quilômetros. A rodovia torna-se intransitável durante os oito meses de chuvas. O transporte aéreo encarece o produto: o saco de cimento em Porto Velho custa agora Cr\$ 800,00, o metro quadrado de azulejo Cr\$ 800,00 e o quilo de verdura ou legume Cr\$ 100,00. A carne é produto de luxo. Com a pavimentação da rodovia 364, projeto já em fase de iniciação e que contará com a participação de 20 empreiteiras e do 5º e 9º batalhões de Engenharia de Construção,

o suprimento e escoamento dos produtos da região será facilitado, além de assegurar-se a coleta da produção de longa faixa de fronteira, conectando-a com a região Centro-Oeste.

### DESENVOLVIMENTO

Os batalhões de Engenharia de Construção cumprem a missão de apoiar os projetos viários e empreender iniciativas pioneiras para o desenvolvimento de regiões ainda inóspitas da Amazônia, mas, atualmente, pairam ameaças sobre sua sobrevivência. A principal delas é a falta de recursos financeiros. As máquinas paradas representam grandes prejuízos, caso estas unidades do Exército venham a sofrer mudanças e a reduzir seus projetos pioneiros, dedicando-se ao adestramento dos seus quadros.

São eles o 1º BEC, em São Gabriel da Cachoeira, o 5º BEC, em Porto Velho, o 6º BEC, em Boa Vista, o 7º BEC, em Cruzeiro do Sul, o 8º BEC, em Santarém, e o 9º BEC, em Cuiabá.

Os comandantes destas unidades têm gravadas as palavras do general Rodrigo Octávio Jordão, hoje uma lenda na Amazônia: "Ardua é a missão de desenvolver e defender a Amazônia. Muito mais difícil, porém, foi a de nossos antepassados em conquistá-la e mantê-la".

### OBSTÁCULOS

A questão Fundiária, segundo o comandante militar da Amazônia, general-de-divisão Leonidas Pires Gonçalves, decorre de uma "desor-

ganização administrativa histórica", ainda não solucionada.

O problema do índio tem dois enfoques: o antropológico, defendido pelos antropólogos, que é favorável à manutenção do índio intacto, e o ontológico, que visa a incorporar o índio à civilização. O enfoque antropológico, segundo o general "é uma impiedade".

Quanto à "exacerbação ecológica", entende o general Pires Gonçalves que preciso que o homem se distancie dos extremos da predação e devastação, procurando aproveitar a "multivocacionalidade da região amazônica".

Sobre a presença estrangeira, o comandante militar da Amazônia acha que "todos os projetos nos quais esteja vigendo a vontade nacional são válidos".

O general Pires Gonçalves, no entanto, é contra a "presença estrangeira de batina" na região, ao revelar que há, na Amazônia, 29 bispos, dos quais apenas nove são brasileiros. "Temos — observou — que caminhar para o clero nacional, com habilidade." A propósito, observa que, no Brasil, 24% dos 260 bispos existentes são "progressistas", 15% conservadores e o restante moderados. A seu ver, como na Venezuela, a hierarquia eclesiástica brasileira deve ser nacionalizada.

O general disse que os "progressistas" na Amazônia pregam a justiça social incitando líderes sindicais, estudantes e frentes esquerdistas. Em alguns casos, segundo ele, ministram nas missões verdadeiros treinamentos militares, como se estes fossem catequese.